

NACIONALISMO, EUROPEIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO CENTRO DOS SISTEMAS POLÍTICOS

Madalena Meyer Resende

Os partidos políticos nacionais têm um papel cada vez mais visível no plano europeu. Na Convenção para a Constituição Europeia, por exemplo, os partidos de centro-esquerda e de centro-direita de cada país tiveram assento oficial como representantes formais. Por outro lado, a realização generalizada de referendos para a ratificação do Tratado Constitucional da União Europeia (UE) em 2006 projectou para o primeiro plano as atitudes dos partidos políticos dos diversos estados relativamente à construção europeia.

Para além do «toma lá, dá cá» típico das negociações de um tratado, as ideologias políticas são critérios cruciais para se avaliar o desfecho de uma negociação europeia. Quando os políticos nacionais actuam ao nível europeu, fazem-no também enquanto líderes partidários, preocupados com a sua coesão e com as bases nacionais de apoio político. O progresso da integração europeia é, por isso, escrutinado pelas ideologias que informam a política europeia desde o início da vida parlamentar.

Este artigo baseia-se na premissa, desenvolvida na literatura, de que cada família política responde aos desafios da UE em função dos seus conceitos ideológicos fundamentais¹. Preocupações mais imediatistas, tais como a participação em coligações governamentais, ou estratégias de maximização eleitoral, apenas motivam uma posição eurocética ou eurófila no curto prazo².

Isto leva-nos a crer que o tipo de partidos que conseguem ocupar o centro político³ condiciona as agendas nacionais de integração. Ilustraremos estas proposições e caracterizaremos os efeitos da ocupação do centro político por diferentes famílias partidárias com exemplos retirados da Europa Central e Oriental. O último alargamento da UE mudou a composição do centro-direita através da Europa, daí resultando uma resistência crescente ao modo de decisão supranacional.

O alargamento teve um impacto maior no centro-esquerda, uma vez que a social-democracia é a família partidária predominante tanto na Europa Ocidental como na Central e Oriental. A transformação dos partidos ex-comunistas em social democratas permitiu a sua inclusão na família de esquerda pró-europeia. Por outro lado, a inclu-

são de sistemas económicos saídos recentemente da transição para a economia de mercado coloca maiores desafios à coordenação das políticas económicas entre os sociais-democratas ao nível europeu.

O CENTRO-DIREITA

Os democratas-cristãos, enquanto família política dominante do centro-direita, tendem a apoiar o supranacionalismo político. Ao contrário, em países onde os nacionalistas ou os conservadores nacionais dominam, é provável que se forme um governo eurocéptico. Os liberais ou conservadores liberais que se identificam com o neoliberalismo económico apoiam condicionalmente a integração se virem a UE como um instrumento de liberalização, e opõem-se-lhe se a UE lhes surgir como mais um constrangimento burocrático ao livre funcionamento das forças de mercado.

O alargamento a Leste aumentou a proporção de nacionalistas, conservadores nacionais e liberais, acabando com a predominância dos democratas-cristãos no centro-direita dos estados-membros. O nacionalismo, como fonte identitária predominante dos nacionalistas e conservadores nacionais, e uma fonte secundária para os conservadores liberais, dá corpo a uma visão da comunidade política enquanto entidade cultural congruente, a qual se opõe, de forma incondicional, ao supranacionalismo político.

OS DEMOCRATAS-CRISTÃOS

Os democratas-cristãos de origem católica tendem a identificar-se com valores cosmopolitas, os quais derivam das aspirações universalistas da Igreja Católica⁴. Os partidos democrata-cristãos dos estados fundadores da UE estiveram na base da inclusão dos elementos supranacionais do projecto comunitário desde os seus primórdios. O cosmopolitismo católico esteve tão ligado ao projecto europeu no pós-II Guerra Mundial que os dois dificilmente

OS PARTIDOS DEMOCRATA-CRISTÃOS DOS ESTADOS FUNDADORES DA UE ESTIVERAM NA BASE DA INCLUSÃO DOS ELEMENTOS SUPRANACIONAIS DO PROJECTO COMUNITÁRIO DESDE OS SEUS PRIMÓRDIOS.

poderão ser analisados em separado. Os democratas-cristãos da Itália, Bélgica, Alemanha Ocidental e Luxemburgo tornaram-se fortes apoiantes da integração europeia durante as décadas seguintes⁵.

Os democratas-cristãos franceses, agrupados no Movimento Republicano Popular (MRP), e os alemães, na União Democrata-Cristã Alemã (CDU), forneceram o fundo ideológico da integração europeia. Enquanto o supranacionalismo europeu se tornou um ponto contencioso entre os democratas-cristãos franceses e o general De Gaulle no início dos anos 60, diminuindo a influência destes e conduzindo à dissolução do MRP, a CDU manteve de forma consistente o seu compromisso em relação à integração europeia. Konrad Adenauer, o primeiro chanceler e fundador da CDU, acreditava que o Estado alemão no pós-guerra, antes e depois da sua eventual unificação, deve-

ria estar ancorado numa Europa cristã unida. Isto tornou a CDU uma defensora acérrima do supranacionalismo político. Em 1989, a dupla escolha de Helmut Kohl pela unificação da Alemanha e pelo aprofundamento da dimensão supranacional no Tratado de Maastricht (1992) confirmou a identidade da CDU e as escolhas de Adenauer formuladas nos anos 50⁴. A dissidência em relação ao eurofilismo no interior das fileiras da CDU ocorreu apenas episodicamente. Ludwig Erhard, chanceler alemão entre 1963 e 1966, alimentava algum cepticismo em relação ao supranacionalismo político e à primazia da *entente* franco-alemã. A sua preferência pela integração económica representava a desconfiança da facção protestante do partido em relação à integração política. Mas essa desconfiança teve também alguns porta-vozes católicos. A CSU, o partido-irmão da CDU na Baviera, e o seu líder, o católico conservador Edmund Stoiber, marcaram a campanha eleitoral das eleições parlamentares de 1994 com uma posição eurocética, na qual o partido se manifestou contrário à extensão da maioria qualificada no Tratado de Maastricht.

Outros partidos identificados com o cosmopolitismo católico têm uma filiação intensa com a integração europeia: é o caso dos democratas-cristãos da Bélgica e do Luxemburgo. O eurofilismo da democracia-cristã italiana tem um carácter mais declaratório e o dos democratas-cristãos austríacos foi, até à queda do comunismo, limitado pelo estatuto de neutralidade da Áustria.

Na Europa Central e de Leste, a democracia-cristã não ganhou raízes fortes. Em nenhum país da região há um partido democrata-cristão a servir de pólo aglutinador do centro-direita. Nos dois países onde a democracia-cristã sobrevive, a Eslováquia e a Eslovénia, a fragmentação do movimento em dois partidos contribuiu para a sua fraca institucionalização e reduzida influência política.

NACIONALISTAS E CONSERVADORES NACIONALISTAS

Os partidos nacionalistas distinguem-se pelo facto de conceberem a lealdade do indivíduo à nação como o elemento primordial da identidade humana. O nacionalismo corporiza a visão de uma comunidade política culturalmente congruente, onde a nação justifica a autoridade política. A transferência de autoridade para uma organização supranacional é por isso contrária aos valores centrais destes partidos. Até 1992, o facto de o elemento supranacional ser relativamente secundário nas Comunidades Europeias permitiu a coexistência entre nacionalistas e a integração europeia. A extensão da maioria qualificada a um número crescente de políticas europeias, contemplada pelo Tratado de Maastricht, marcou o fim desta coexistência.

Desde o início da CEE que os partidos nacionalistas se opuseram à integração, mas até aos anos 90 estes partidos tinham-se mantido, na sua grande maioria, nas margens do sistema partidário. Contudo, a partir dos anos 90, vários partidos nacionalistas entraram em coligações, ou viabilizaram a formação de governos, na Áustria, em Itália, na Polónia e na Dinamarca. No Reino Unido, o Partido Conservador tornou-

-se mais firmemente nacionalista e eurocéptico na década de 90. A oposição ideológica ao desenvolvimento de uma entidade política supranacional tornou-se assim um aspecto central dos sistemas partidários europeus.

Na Áustria, a colisão entre o nacionalismo como identidade partidária e o supranacionalismo político materializou-se de forma invulgarmente concreta nos acontecimentos despoletados na sequência da coligação governamental entre o Partido Liberal Austríaco (FPÖ) com o Partido Austríaco Cristão (ÖVP) em 2000. O FPÖ tem origem no partido que representava o nacionalismo alemão no Império Austro-Húngaro. Apesar de ter tentado várias vezes reinventar-se como partido liberal, essa origem nacionalista nunca deixou de afirmar a sua preponderância. A vitória de Jörg Haider na disputa para a liderança partidária em 1986, depois de um período de primazia da facção liberal, confirmou o padrão de reafirmação da identidade nacionalista. Quando a adesão da Áustria à UE se tornou iminente, o FPÖ opôs-se a esse objectivo. Em Janeiro de 2000, o FPÖ formou governo com o ÖVP; os líderes europeus reagiram à formação de um governo que integrava um partido com um passado nazi através da imposição de sanções diplomáticas. A pressão surtiu efeito. Jörg Haider despediu-se da liderança do partido a 1 de Maio de 2000. Contudo, Haider permaneceu o líder *de facto* do FPÖ, o que trouxe à luz do dia o confronto histórico entre a ala liberal e a ala nacionalista do partido. Poucos meses depois de o Governo ter tomado posse, a ala nacionalista ligada a Haider mobilizou-se na defesa da identidade do partido, de forma a «assegurar que o FPÖ permanecesse o partido de Haider», facto que levou à demissão de vários ministros do partido e à queda do Governo.

Na Dinamarca, Pia Kjaersgaard e a facção nacionalista do Partido do Progresso saíram do mesmo caldo cultural e fundaram o Partido Popular Dinamarquês (DF) em 1995. Criado com base numa ideologia nacionalista, o partido rapidamente alcançou um apreciável sucesso eleitoral, o que se deveu aos esforços da sua líder em ser aceite pelos partidos centristas como membro de coligação governamental. Contudo, nem a estratégia governamental, nem o impacto positivo dos efeitos liberalizantes do Mercado Único na economia dinamarquesa refrearam o cepticismo do DF em relação ao projecto europeu.

Durante os anos 90, o carácter nacionalista do Partido Conservador Britânico acentuou-se de forma notória, de tal maneira que se sobrepôs ao liberalismo económico que anteriormente constituía a imagem de marca do partido. A evolução dos *tories* em relação à UE corresponde à diminuição da importância da dimensão económica neoliberal, em benefício da dimensão política.

Durante os anos 70, a relutância do partido em aceitar uma forma de governo supranacional foi ultrapassada por Edward Heath e os conservadores conduziram o Reino Unido à adesão à CEE em 1973. O partido assumiu que a desregulação promovida pela CEE ajudava ao objectivo central do partido, isto é, a liberalização económica. A eleição de Margaret Thatcher à liderança estabeleceu a liberalização dos mercados como

o objectivo fundamental dos conservadores britânicos. Thatcher foi um dos grandes promotores do Acto Único Europeu de 1985 e das medidas de reforço do Mercado Único. Contudo, quando a Comissão de Jacques Delors começou a defender uma agenda de regulação do Mercado Europeu com o alargamento do uso da votação por maioria qualificada, os conservadores britânicos rapidamente lhe retiraram a confiança e entraram em colisão. Em 1989, num discurso no Colégio da Europa em Bruges, Margaret Thatcher tornou explícita a sua oposição a uma integração europeia que impusesse «o socialismo pela porta traseira».

Apesar de o eurocepticismo de Thatcher ter origem no seu neoliberalismo, a oposição ao Tratado de Maastricht foi reforçada pelo seu nacionalismo político e estabeleceu uma plataforma para a facção nacionalista do Partido Conservador. Os dilemas criados pelo conflito entre o eurocepticismo do partido e da posição governamental tornaram-se muito salientes e estiveram na origem da demissão de Margaret Thatcher em 1990. Como forma de lidar com a oposição interna do partido ao Tratado de Maastricht, John Major, o sucessor de Thatcher, argumentou que a rebelião nacionalista ao tratado deveria cessar pois enfraquecia a posição do partido e, por conseguinte, pediu um voto de confiança no Parlamento. Contudo, esta estratégia falhou. Major defendeu Maastricht com uma justificação instrumental, sem fundamentar o pró-europeísmo do partido no neoliberalismo, o que permitiu à facção nacionalista, já sob a liderança de William Hague, determinar a identidade do partido. Desde então, o eurocepticismo consolidou-se como um dos principais emblemas dos conservadores britânicos.

A importância crescente do nacionalismo como fonte de identidade política na Europa Central e Oriental tornou-se óbvia nos governos de coligação estabelecidos em 2005 e 2006 na Polónia e na Eslováquia. Esta tendência era já visível nos movimentos democráticos, mas quinze anos depois da transição estes conflitos aparecem como estruturantes. A importância crescente do nacionalismo na Polónia materializou-se no sucesso eleitoral do partido conservador nacional, o Partido da Lei e da Justiça

A IMPORTÂNCIA CRESCENTE DO NACIONALISMO
COMO FONTE DE IDENTIDADE POLÍTICA
NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL TORNOU-SE
ÓBVIA NOS GOVERNOS DE COLIGAÇÃO
ESTABELECIDOS EM 2005 E 2006 NA POLÓNIA
E NA ESLOVÁQUIA.

(PiS), e na nacionalista Liga das Famílias Polacas (LPR), nas eleições parlamentares do Outono de 2005, e na subsequente coligação governamental entre estas duas forças em Maio de 2006. Apesar de inicialmente ter evitado tomar posições antieuropeias, e de durante o referendo sobre a adesão, realizado em 2003, ter inclusivamente invocado argumentos de segurança a favor da integração na UE, o PiS distinguiu-se pela sua oposição ao Tratado Constitucional, afirmando assim a sua aversão à integração política, isto é, um eurocepticismo incondicional. «O processo constitucional é um acto de egoísmo contra a solidariedade. [...] Esta posição egoísta está profundamente enraizada numa ideologia federalista, que é de extrema importância para a compreensão

do projecto constitucional.»⁷ Quando o PiS formou governo no Outono de 2005, o Governo polaco adoptou uma postura desafiante face às negociações intergovernamentais para a resolução do impasse constitucional.

A Liga das Famílias Polacas é a última encarnação do nacionalismo católico polaco, uma ideologia que se tem oposto consistentemente à integração da Polónia na UE. O líder do partido, Roman Giertych, define como objectivo supremo do partido a protecção da nação e da sua devoção ao catolicismo face aos seus inimigos. O princípio nacional exorta o partido a «rejeitar a subordinação da Polónia aos interesses estrangeiros. [...] O LPR privilegia os interesses polacos em detrimento da doutrina dominante do ajustamento às condições internacionais»⁸. Em suma, o catolicismo nacionalista do LPR torna o partido politicamente hostil à integração europeia.

Na Eslováquia, a fragmentação do centro-direita permite aos partidos nacionalistas obterem uma percentagem consistente dos votos. O Movimento para Uma Eslováquia Democrática (HZDS) de Vladimir Meciar e o eurocético Partido Nacional Eslovaco (SNS), dois partidos considerados parceiros de coligação inaceitáveis desde 1998 pela sua reputação internacional, regressaram novamente ao governo com os sociais-democratas do Smer depois das eleições parlamentares de Junho de 2006.

PARTIDOS LIBERAIS E CONSERVADORES LIBERAIS

Na maioria dos países os conservadores liberais, preocupados principalmente em promover a economia de mercado, assumem o papel-pivot no centro-direita. Os conservadores liberais partilham com as instituições comunitárias o objectivo de integrar as economias europeias através de medidas de livre comércio e da promoção de competição e crescimento económico. A integração europeia tem sido, desde o início, coerente com as agendas neoliberais da maioria dos partidos de centro-direita europeus. Enquanto que uma agenda centrista assegura um consenso entre liberais e sociais-democratas, alguns projectos, como a Carta Social e as políticas da Comissão para regular o Mercado Europeu e a redistribuição a nível europeu, provocam por vezes a oposição dos liberais e conservadores.

O nacionalismo político dos conservadores liberais, mesmo que secundário, leva a que a sua relação com a Europa seja marcadamente multifacetada⁹. Apesar de apoiarem a integração quando a União é vista como um agente promotor de um mercado europeu, suspeitam do reforço dos poderes supranacionais da UE, e apoiam esta tendência apenas condicionalmente. Quando consideram que os poderes supranacionais são usados de forma a promover a regulação de mercado, adicionando obstáculos burocráticos às economias nacionais, os valores neoliberais e o nacionalismo convergem num eurocepticismo incondicional.

O campo conservador liberal francês ilustra bem este europeísmo condicional. A reinterpretção da herança de Charles de Gaulle, em particular a combinação da retórica nacionalista e europeísmo na direita francesa, foi objecto de forte controvérsia durante

os anos 70¹⁰. O União para a Democracia Francesa (UDF) de Giscard d'Estaing e o Movimento pela República (RPR) de Jacques Chirac disputaram ambos a herança de De Gaulle, com o último a apoderar-se de uma retórica gaullista de sacralização da soberania francesa e a ensaiar um discurso eurocético. Na campanha para as eleições parlamentares em 1981, porém, Chirac mudou de tática e tentou reinterpretar os fundamentos ideológicos da direita francesa, baseando-se na premissa de que o equilíbrio entre os elementos supranacionais e intergovernamentais nas Comunidades Europeias, e o grau de liberalização do Mercado Europeu, eram afinal compatíveis com os interesses da França. Nas eleições de 1981, que o Partido Socialista ganhou com uma plataforma keynesiana, o RPR foi identificado primordialmente com o neoliberalismo económico¹¹. O seu programa enfatizava os assuntos económicos e afirmava a sua fé no mercado como o distribuidor perfeito, defendendo os méritos da desregulação e privatização¹².

Apesar de conveniente do ponto de vista de uma estratégia centrista, a visão benevolente de Chirac das Comunidades Europeias como um agente do liberalismo de mercado tornou-o uma figura estranha entre os gaullistas. Identificar o RPR com uma posição liberal-conservadora pró-europeia não era consensual e dividiu o partido em várias ocasiões, mais claramente durante o referendo para o Tratado de Maastricht em 1992. Num partido tradicionalmente centralizado e unificado, a oposição mais forte à liderança de Jacques Chirac e do Tratado de Maastricht emergiu pelas vozes de Charles Pasqua e Philippe Sèguin. A defesa da democracia como inseparável da soberania nacional por Philippe Sèguin fez que este se opusesse à «Europa de Maastricht», e se tornasse um sério rival de Chirac na liderança do partido. A recente unificação do UDF e do RPR num novo partido, o Movimento Republicano Popular (MRP), reforçou a reinterpretação ideológica de Chirac e as suas implicações para a posição do centro-direita francês face à integração europeia.

O Partido Popular (PP) espanhol foi igualmente bem sucedido a federar as elites pós-franquistas e a ocupar o centro-direita ao subordinar o nacionalismo espanhol às concepções económicas de mercado. Apesar do nacionalismo espanhol ser um elemento determinante da identidade do PP, e da sua atitude relativamente às minorias nacionais, o compromisso do PP com o comércio livre e o crescimento económico constitui a base da sua eurofilia. O Partido Social-Democrata português (PSD) e o Nova Democracia grego (ND) distinguem-se também pela sua identificação com as doutrinas do neoliberalismo económico.

Os partidos conservadores liberais são os mais numerosos também na Europa Central e Oriental. A maioria destes partidos apoia condicionalmente a UE, com os con-

O PARTIDO POPULAR (PP) ESPANHOL FOI BEM
SUCEDIDO A FEDERAR AS ELITES
PÓS-FRANQUISTAS E A OCUPAR O CENTRO-
-DIREITA AO SUBORDINAR O NACIONALISMO
ESPANHOL ÀS CONCEPÇÕES ECONÓMICAS
DE MERCADO.

servadores liberais contando com o apoio de Bruxelas para a liberalização das economias comunistas. Contudo, no caso da República Checa, a visão liberal económica foi a base de oposição aos efeitos económicos da integração. Enquanto que na Hungria a unificação da direita numa identidade conservadora resultou no apoio condicional à Aliança dos Jovens Democratas (FIDESZ) à integração europeia, na República Checa o Partido Democrata Cívico (ODS) opõe-se à integração baseado num entendimento extremo do liberalismo económico, conjugado com uma identidade política nacionalista.

A consolidação do FIDESZ como partido simultaneamente baseado em princípios de liberalismo económico e nacionalismo teve lugar durante as eleições parlamentares de 1998, quando o primeiro-ministro e líder partidário Viktor Orban consolidou a identidade política do partido apelando àqueles que «pertencem à nação»¹³. O sucesso da unificação do centro-direita húngaro pelo FIDESZ, onde o nacionalismo tem um papel secundário, manteve os partidos nacionalistas eurocéticos à margem do centro¹⁴. A identidade secundária nacionalista do partido também se reflecte no seu apoio condicional à UE¹⁵.

A evolução ideológica do centro-direita da República Checa tem fortes paralelos com a da Hungria. Contudo, os dois partidos, o FIDESZ e o ODS, ilustram como ideologias económicas podem resultar em avaliações diferentes da integração quando o neoliberalismo é a dimensão identificadora do partido. O eurocepticismo do ODS e, em particular, o do seu líder, Vaclav Klaus, deriva de uma interpretação extrema do liberalismo económico. Segundo ele, a adesão levaria à regulação extrema da economia checa. No seguimento da criação da República Checa em 1993, o partido apresentou-se como o protector da frágil nação checa. Isto resultou no reforço do cepticismo económico em relação à Europa. De forma progressiva, o discurso europeu do ODS passou a incluir um elemento de oposição ao elemento supranacional da UE¹⁶. O ODS acusou a União de servir os interesses dos estados da Europa Ocidental, em particular o da Alemanha, que estavam em contradição com o interesse nacional checo. No *Manifesto do Euro-Realismo Checo* de 2001 o partido evocou a influência marginal da República Checa no processo de decisão europeu como justificação para atrasar, e possivelmente retirar, a candidatura checa à adesão¹⁷. Enquanto que o liberalismo económico de Klaus servia de pretexto para um ataque ao cerceamento das liberdades pela UE, o nacionalismo do partido desembocou na defesa vigorosa do Estado checo como garantia da identidade nacional contra as instituições supranacionais da UE¹⁸.

O CENTRO-ESQUERDA: A SOCIAL-DEMOCRACIA

O centro-esquerda europeu é ideologicamente mais homogéneo do que o centro-direita, sendo predominantemente composto por partidos social-democratas. As diferenças entre as posições dos partidos de centro-esquerda derivam não de diferentes origens ideológicas mas do contexto no qual os partidos social-democratas operam, isto é,

os diferentes estados-providência nacionais. Sendo o principal objectivo dos sociais-democratas atingir ou manter um regime económico que compense as classes sociais pelas diferentes posições estruturais no mercado de trabalho, protegendo as classes de menor rendimento, estes partidos avaliam a UE segundo a sua contribuição para atingir tal desiderato. Contrariamente aos sistemas políticos, os regimes económicos são quantificáveis e divisíveis, o que significa que os sociais-democratas podem adaptar a sua concepção de regimes redistributivos aos estrangimentos da globalização na regulação da economia.

Até aos anos 80, e nalguns casos 90, não havia consenso entre os sociais-democratas relativamente à integração europeia. Até então, vários partidos social-democratas opunham-se à integração porque a CEE promovia o comércio livre, o que era visto como uma forma de minar os esforços para estabelecer, e proteger, os regimes redistributivos. Politicamente, devido às suas concepções cosmopolitas, os sociais-democratas não se opõem à transferência de autoridade política para um nível supranacional. Ocasionalmente, os partidos social-democratas – por exemplo, o PASOK grego ou os socialistas dinamarqueses –, usaram um discurso nacionalista para reforçarem a sua oposição à integração europeia. Contudo, este tipo de discurso tinha origem na percepção de que o Estado nacional fornecia o enquadramento institucional mais adequado para proteger as classes desfavorecidas.

ATÉ AOS ANOS 80, E NALGUNS CASOS 90,
NÃO HAVIA CONSENSO ENTRE
OS SOCIAIS-DEMOCRATAS RELATIVAMENTE
À INTEGRAÇÃO EUROPEIA.

Quando a partir dos anos 80 e 90 os partidos social-democratas reavaliaram a integração europeia e consideraram a possibilidade de estabelecer um Estado-providência supranacional, o apoio incondicional à integração europeia suplantou o anterior cepticismo. Esta mudança ocorreu gradualmente na Europa. A adopção do eurofilismo teve lugar nos anos 80 no caso do Partido Socialista Francês (PS), e no fim dos anos 80 no do Partido Trabalhista britânico. Foi em meados dos anos 90 que os socialistas escandinavos e os ex-comunistas da Europa Central e Oriental reconheceram a bondade da integração europeia¹⁹. Na CEE, o eurofilismo do centro-esquerda concorreu com a adopção de doutrinas social-democratas. Apesar de os partidos ex-comunistas da Europa Central e Oriental terem sido fundados em novos sistemas económicos, políticos, e num contexto internacional diferente, as novas elites social-democratas basearam a sua transformação no reconhecimento do carácter irreversível da globalização e na necessidade de reforma dos estados-providência. Os dois casos abaixo explicados, os sociais-democratas dinamarqueses e polacos, ilustram os processos paralelos que levaram esta família política a reconhecer que a UE era uma forma possível de responder ao impacto da globalização no emprego, na segurança social e nas pensões. O Partido Social-Democrata dinamarquês (SD) encarava o Mercado Único como um mecanismo para promover a competição e acelerar a erosão que a globalização impu-

nha aos estados-providência nacionais. Até ao fim dos anos 80, o SD manteve um compromisso com os cânones social-democratas. Os socialistas dinamarqueses responderam ao choque petrolífero de 1979 com políticas keynesianas que sobrecarregaram o orçamento de Estado e levaram ao aprofundamento da crise económica. No final dos anos 80, o partido continuava a recusar a necessidade de reformas e opôs-se às propostas do Governo conservador para implementar uma reforma fiscal que viesse equilibrar as contas do Estado. Por esta altura, os sociais-democratas dinamarqueses enfileiravam entre os partidos que se opunham à integração europeia²⁰.

No início dos anos 90, o partido reconheceu a necessidade de adaptar as políticas económicas ao contexto económico da globalização. Em 1993, o programa eleitoral do partido, sob a liderança de Poul Nyrup Rasmussen, reflectia o reconhecimento de que a globalização era um fenómeno irreversível e que o ajuste às novas condições económicas implicava uma nova fórmula que combinasse justiça social e um governo económico efectivo. Depois de ganhar as eleições em 1993 e formar governo, o partido mudou a lei do trabalho para um sistema mais liberal e diminuiu os subsídios de desemprego, ao mesmo tempo que se concentrou no desenvolvimento de políticas laborais activas e na reforma do sistema fiscal. Este sistema, uma combinação de leis laborais flexíveis, um subsídio de desemprego generoso mas a prazo e políticas de mercado de trabalho activas, foi internacionalmente reconhecido como uma solução eficaz para manter uma economia social de mercado no contexto exigente da globalização²¹.

O reformismo dos sociais-democratas dinamarqueses foi acompanhado por uma reavaliação da UE. A partir de 1992, o eurocepticismo condicional do SD transformou-se devido à compreensão de que os mercados económicos europeus se encontram irreversivelmente ligados e de que a UE pode ser uma ferramenta de resistência às pressões liberalizadoras. Os sociais-democratas consideraram que os seus objectivos poderiam ser atingidos através de uma coordenação de políticas económicas ao nível da UE. Apesar de subsistirem ainda facções eurocépticas no seio do SD, o reposicionamento do partido reflecte o entendimento de que a UE pode fornecer um enquadramento adequado para os objectivos social-democratas.

Um processo paralelo teve lugar no centro-esquerda da Europa Central e Oriental. Nos partidos cuja origem remontava aos partidos comunistas, a conversão ao eurofilismo esteve associada à transformação da social-democracia e ao reconhecimento do impacto restritivo da globalização. A evolução do ex-Partido Comunista polaco, a Aliança Democrática de Esquerda (SLD), ilustra bem esta dinâmica.

Nos anos imediatamente posteriores à transição, apesar de apoiar a economia de mercado o SLD manteve-se fiel ao conceito do papel redistributivo do Estado, e durante o seu primeiro congresso, em 1990, o partido rejeitou as medidas de liberalização radicais introduzidas pelo ministro das Finanças, Leszek Balcerowicz, conhecidas como «terapia de choque».

Durante a campanha eleitoral das eleições de 1993, o SLD reconsiderou a sua oposição à integração europeia, e declarou a adesão à Aliança Atlântica e a integração europeia compatíveis com o interesse nacional. Entre 1993 e 1997, o partido acatou os constrangimentos inerentes aos compromissos internacionais com a contenção da despesa pública e o equilíbrio orçamental. O manifesto eleitoral do SLD em 1997 refletia a transformação ocorrida pela permanência no Governo. Apesar de políticas social-democratas clássicas, como o emprego e o bem-estar social, serem ainda centrais no seu programa económico, o partido comprometeu-se a alcançar um equilíbrio entre a redistribuição e o crescimento económico.

Esta transformação doutrinária mudou a leitura do partido da União, com o eurofilismo a resultar do entendimento de que poderia haver uma consistência entre a integração europeia e a criação de uma economia de mercado social na Polónia. Em 1997, o eurofilismo do partido era já um dos seus emblemas principais, reforçado pelo cosmopolitismo político. Num discurso de 2000, o secretário-geral do partido, Leszek Miller, alinou-se com os partidos social-democratas ocidentais e juntou a sua voz às iniciativas que apelavam ao estabelecimento de políticas sociais europeias²². Nas eleições de 2001, o SLD era a única força política pronta para levar a Polónia à Europa quando a fase crítica das negociações com a UE estava prestes a começar. O partido ganhou as eleições parlamentares com mais de 40 por cento dos votos, e, enquanto governo, manteve um apoio incondicional à Europa.

Apesar do apoio à integração europeia entre os sociais-democratas ser concomitante com a ideia da Europa poder concentrar em si as funções do Estado-providência, não há acordo sobre a melhor forma de regular o mercado europeu. Este desacordo está parcialmente relacionado com a regra da unanimidade ao nível europeu, o que dificulta a regulação, mas também porque os partidos social-democratas europeus não chegaram ainda a um consenso quanto ao sistema social a adoptar²³.

A reforma dos estados-providência é notoriamente difícil porque implica mudanças nos sistemas económicos²⁴.

As características institucionais dos sistemas económicos nacionais interferem com as concepções dos sociais-democratas e o seu entendimento da adaptação que os estados-providência terão de

realizar às novas condições da globalização capitalista. Isto significa que é difícil haver um consenso sobre um modelo de reforma da segurança social, o mesmo valendo para o sistema de pensões, subsídio por doença, subsídio de desemprego, políticas de emprego e sistema de saúde, pois todas elas implicam transformações profundas nas características básicas do Estado-providência²⁵. Em particular, os sociais-democratas dos países caracterizados por regimes económicos mais libe-

APESAR DO APOIO À INTEGRAÇÃO EUROPEIA ENTRE OS SOCIAIS-DEMOCRATAS SER CONCOMITANTE COM A IDEIA DA EUROPA PODER CONCENTRAR EM SI AS FUNÇÕES DO ESTADO-PROVIDÊNCIA, NÃO HÁ ACORDO SOBRE A MELHOR FORMA DE REGULAR O MERCADO EUROPEU.

rais, tais como os trabalhistas britânicos, têm-se oposto aos planos de regulação social à escala europeia.

Os países da Europa Central e Oriental são normalmente retratados como sistemas económicos liberais cuja inclusão na UE veio reforçar as divisões sobre os planos da Europa Social. De acordo com esta visão, os novos estados-membros são contra a regulação social europeia pois esta diminui as vantagens competitivas baseadas em salários e despesas sociais baixos. Contudo, a extensão da reforma dos mecanismos de protecção social entre os novos estados-membros varia consideravelmente. Enquanto alguns países, como a Estónia, liberalizaram de forma significativa os sistemas herdados do comunismo, outros, como a Polónia, a Hungria ou a Eslovénia, apesar de terem liberalizado o seu sistema de pensões, mantêm intacta uma ampla gama de serviços sociais de carácter estatal.

Isto sugere que os partidos social-democratas dos países da Europa Central e Oriental não se opõem necessariamente a iniciativas europeias na área social, especialmente se isto implicar um acordo que apoie os estados nacionais na manutenção de sistemas de previdência em face da globalização. O apoio à manutenção de provisões redistributivas a cargo da UE será provavelmente bem-vindo em estados onde a reforma do sistema comunista coloca problemas adicionais.

A crescente diversidade de preferências face à Europa Social, potenciada pelo alargamento a Leste, é de natureza quantitativa mais que qualitativa, com os partidos social-democratas da Europa Central e Oriental apoiando a integração europeia e, eventualmente, um Estado-providência supranacional. Contudo, a diversidade de regimes económicos na Europa pós-alargamento significa que a regulação europeia da esfera social só será bem sucedida se assentar num consenso entre os partidos europeus.

CONCLUSÃO

Com a excepção de estratégias eleitorais de curto prazo, as atitudes dos partidos face à integração europeia não dependem de cálculos eleitoralistas. As respostas dos partidos à integração europeia são estruturadas pela congruência entre a natureza e as políticas da UE e os seus objectivos ideológicos. Enquanto para algumas forças partidárias, como os nacionalistas e os democratas-cristãos, a natureza política da UE é a preocupação central, para outros, como os sociais-democratas e os conservadores liberais, as respostas à integração dependem primariamente da evolução das políticas económicas da UE.

A inclusão dos sistemas partidários da Europa Central e de Leste implicou um declínio na proporção dos democratas-cristãos e um aumento dos partidos nacionalistas entre os partidos que compõem o centro-direita. Uma das consequências desse fenómeno é a crescente resistência de natureza política, mais do que económica, ao carácter supranacional da UE. Apesar da tradução desta resistência de origem ideológica em políticas governamentais não ser automática, nos países onde conceitos nacionais

predominam no centro-direita, tais como a Polónia ou o Reino Unido, ou onde os partidos nacionalistas são frequentemente membros de coligações governamentais, tais como a Eslováquia ou a Áustria, a oposição ao supranacionalismo político dificilmente deixará de se reflectir nas políticas governamentais relativas à Europa.

O alargamento não trouxe mudanças significativas na composição do centro-esquerda, com os sociais-democratas dominando a cena política tanto na Europa Central como Ocidental. Em meados dos anos 90, os sociais-democratas europeus adoptaram a opinião de que ao integrar a UE as novas e velhas democracias europeias estariam em melhor posição de encarar as pressões para a liberalização impostas pela globalização e manterem regimes de redistribuição social. Contudo, o alargamento provocou um aumento da diversidade entre os regimes económicos nacionais, tornando mais complexa a obtenção de um consenso sobre a forma de regulação das políticas sociais europeias.

O alargamento também aumentou o número de partidos governamentais, tais como a Liga das Famílias Polacas, o Lei e Justiça, ou o Movimento para Uma Eslováquia Democrática, que estão excluídos do núcleo de partidos centrais no Parlamento Europeu (o Partido Popular Europeu, o Partido Socialista Europeu e a Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa). Apesar de desfrutarem de uma posição-chave nos respectivos sistemas políticos nacionais, estes partidos estão efectivamente excluídos de uma influência directa nas tomadas de decisão ao nível supranacional. Por essa razão, apesar de o número dos partidos nacionalistas ter aumentado com o alargamento, o seu impacto nas tomadas de decisão a nível europeu é limitado, e os governos nacionais permanecem os únicos canais para expressar as suas preferências. ^{RI}

- 1** MARKS, Gary, e WILSON, Carole – «The Past in the Present: A Cleavage Theory of Party Response to European Integration». In *British Journal of Political Science*, 30 (2000), pp. 433-459; HOOGHE, Liesbet, MARKS, Gary, e WILSON, Carole – «Does Left/Right Structure Party Positions on European Integration?». In *Comparative Political Studies*, 35, 2002, pp. 965-989; RESENDE, Madalena Meyer – *A Party Family Theory of Party Positions on European Integration: A Polish Case Study*. Londres: London School of Economics and Political Science, 2005.
- 2** Isto contraria a asserção de Taggart e Sitter segundo a qual a dinâmica Governo/oposição é o principal factor responsável pelas atitudes dos partidos face à União Europeia. TAGGART, Paul – «A Touchstone of Dissent: Euroscepticism in Contemporary Western European Party Systems». In *European Journal of Political Research*, 33, Maio de 1998, pp. 363-388; SITTER, Nick – «The Politics of Opposition and European Integration in Scandinavia: Is Euroscepticism a Government-Opposition Dynamic?». In *West European Politics*, 24, 2001, pp. 22-39.
- 3** O conceito de núcleo central do sistema partidário aqui adoptado deriva de SMITH, Gordon – «Core Persistence: Change and the "People's Party"». In MAIR, Peter, e SMITH, Gordon (eds.) – *Understanding Party System Change in Western Europe*. Londres: Frank Cass, 1990.
- 4** BECKER, Wolfgang – «The Emergence and Development of Christian Democratic Parties in Western Europe». In LAMBERTS, Emiel (ed.) – *Christian Democracy in the European Union: Proceedings of the Leuven Colloquium 1995*. Leuven: Leuven University Press, 1997; HANLEY, David – «Introduction: Christian Democracy as a Political Phenomenon». In HANLEY, David (ed.) – *Christian Democracy in Europe: A Comparative Perspective*. Londres: Pinter, 1994.
- 5** HIX, Simon, e LORD, Christopher – *Political Parties in the European Union*. Nova York: St. Martin's Press, 1997.
- 6** LAPPENKUPER, Ulrich – «Between Concentration Movement and People's Party: The Christian Democratic Union in Germany». In GEHLER, Michael, e KAISER, Wolfram (ed.) – *Christian Democracy in Europe since 1945*. Londres: Routledge, 2004.
- 7** «Europa Solidarnych Narodów» – *Program Polityki Europejskiej Prawa i Sprawiedliwosci* [Europe of Fraternal Nations – Program of European Policy of the PiS].
- 8** LPR, *Polsce – Niepodleglosc, Polakom – Praca, Chleb, Mieszkania*, [Polish Independence, Work, Bread and Homes for Poles]. Varsóvia: 2001.
- 9** SMITH, Gordon – «Between Left and Right: The Ambivalence of European Liberalism». In KIRCHNER, Emil J. (ed.) – *Liberal Parties in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 16-28.
- 10** DRAKE, Helen – «Jacques Chirac's Balancing Acts: The French Right and Europe». In *South European Society and Politics*, 10, Julho de 2005, pp. 297-314.
- 11** LAUBER, Volkmar – «Change and Continuity in French Conservatism since 1944». In GIRVIN, Brian (ed.) – *The Transformation of Contemporary Conservatism*. Londres: Sage, 1998, pp. 33-55.
- 12** SHIELDS, J. – «The French Gaullists». In GAFFNEY, John (ed.) – *Political Parties and the European Union*. Londres: Routledge, 1996.
- 13** RIPP, Z. – «A Letamas Mergele» [The balance of the attack], *Mozgo Vilag*, 25, 4 citado em KISS, Csilla – «From Liberalism to Conservatism: The Federation of Young Democrats in Post-Communist Hungary». In *East European Politics and Societies*, 16, 2003.
- 14** BATORY, A. – «Europe and the Hungarian Parliamentary Elections of April 2002». In *RIIA/OERN Election Briefing Paper*, 1 (2002), KISS, Csilla – «From Liberalism to Conservatism: The Federation of Young Democrats in Post-Communist Hungary», pp. 739-763.
- 15** HANLEY, Sean – «Blue Velvet: The Rise and Decline of the New Czech Right». In *Journal of Communist Studies and Transition Studies*, 20, 2004, pp. 28-54.
- 16** HANLEY, Sean – «From Neo-Liberalism to National Interests: Ideology, Strategy, and Party Development in the Euroscepticism of the Czech Right». In *East European Politics and Societies*, 18, Agosto de 2004, pp. 513-548.
- 17** ZAHRADIL, J. – *Manifest Ceskeho Eurorealism*, Praga: ODS, Abril de 2001.
- 18** HANLEY, Sean – «The Czech Eu Accession Referendum 13-14 June 2003». In *RIIA/OERN Election Briefing Paper*, 6, 2003.
- 19** BAILEY, David J. – «Obfuscation through Integration: Legitimizing 'New' Social Democracy in the European Union». In *Journal of Common Market studies*, 43, 2005, pp. 13-36.
- 20** CHRISTENSEN, D. A. – «The Left-Wing Opposition in Denmark, Norway and Sweden: Cases of Europhobia». In *West European Opposition*, 19, Agosto de 1996, pp. 525-546.
- 21** GREEN-PEDERSEN, C., e VAN KERSBERGEN, K. – «The Politics of the Third Way: The Transformation of Social Democracy in Denmark and the Netherlands». In *Party Politics*, 8, Setembro de 2002, pp. 507-524.
- 22** Discurso de Leszek Miller's ao SLD, Outubro de 2000 in <http://kpsld.ceti.pl/sld>.
- 23** SCHARPF, Fritz – «Negative and Positive Integration in the Political Economy of the European Welfare States». In MARKS, Gary et al., (eds.) – *Governance in the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- 24** KITSCHOLT, Herbert, LANGE, Peter, e STEPHENS, J.D. – «Convergence and Divergence in Advanced Capitalist Democracies». In KITSCHOLT, Herbert et al., (eds.) – *Continuity and Change in Contemporary Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 427-460.
- 25** STEPHENS, J. D., HUBER, Evelyne, e RAY, Leonardo – «The Welfare State in Hard Times». In KITSCHOLT, Herbert – *Continuity and Change...*, p. 191.